

PROTOCOLO DE SERVIÇOS PARTILHADOS ENTRE A CIRA E O GOVERNO

GIL NADAIS

28/05/2015

Transferências e delegações de competências no tempo

Governo
ANMP
Educação

PROTOCOLO DE SERVIÇOS PARTILHADOS ENTRE A CIRA E O GOVERNO



Cláusula 9.ª

Processo de Descentralização de competências do Estado

1. O Governo e a CIRA irão também desenvolver gradualmente a operacionalização da descentralização de competências do Estado para a CIRA no domínio das funções sociais e do serviço público de transporte de passageiros.
2. O Governo e a CIRA diligenciarão no sentido de celebrar um contrato de delegação da competência de gestão da Ria de Aveiro, ao abrigo da Lei da Água de legislação específica que venha a ser produzida, também numa perspetiva evolutiva da sua operação de valorização e qualificação gerida pela sociedade anónima Polis Litoral Ria de Aveiro, no quadro do novo modelo de governança do litoral a aprovar brevemente.
3. O Governo e a CIRA diligenciarão para, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro celebrar um Contrato interadministrativo de delegação de competências no domínio da Saúde a implementar de forma gradual e faseada no território da CIRA.

Cláusula 10.ª

Entrada em vigor

O presente Acordo entra em vigor no dia seguinte à sua assinatura.


Ministro Adjunto e do Desenvolvimento
Regional


Presidente do Conselho Intermunicipal da
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro



materiais, humanos e financeiros necessários e suficientes para o exercício e desenvolvimento dos serviços e das tarefas municipais partilhadas e integradas.

Cláusula 3.ª

Competências e serviços passíveis de integrar no CIM Região de Aveiro

1- Os Municípios comprometem-se a operacionalizar a possibilidade de delegar competências na CIRA, bem como nesta criar ou partilhar serviços e desenvolver tarefas em comum, designadamente:

- a) Assessoria Jurídica;
- b) Canis e gatos municipais;
- c) Metrologia;
- d) Contratação conjunta de bens e serviços, designadamente nas áreas das comunicações, energia e seguros;
- e) Atividades médico-veterinárias;
- f) Uniformização das disposições regulamentares e os procedimentos de licenciamento ao cidadão e às empresas;
- g) Interoperabilidade de ferramentas informáticas e armazenamento de dados em "nuvem";
- h) Formação de trabalhadores;
- i) Projetos de eficiência energética intermunicipal;
- j) Programação Cultural em rede.

2- Os Municípios estudam ainda a possibilidade de delegação de competências, com a respetiva criação ou integração de serviços na CIRA, nos seguintes domínios:

- a) Fiscalização municipal;
- b) Proteção Civil;
- c) Captação de investimentos e apoio à internacionalização das empresas;
- d) Recolha de resíduos.



Obrigado

Gil Nadais

gil.nadais@cm-agueda.pt